



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE  
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000046/2026

**CONTRATO/DERACRE Nº XXX/2026 - NUCCONT**  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXX/XXXX - COMPRASGOV Nº XXXXX/XXXX - DERACRE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/XXXX/DERACRE  
PROCESSO SEI Nº:  
UNIDADE GESTORA: DERACRE

	INSTRUMENTO DE Contrato QUE CELEBRAM ENTRE SI O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE - DERACRE E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA].
--	---

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE, com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [EMPRESA OU CONSÓRCIO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por [nome e função na CONTRATADA], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (I, ART. 92)**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação o registro de preços para confecção e fornecimento de vestuário institucional, acessórios funcionais e itens de representação institucional destinados ao atendimento das demandas do DERACRE, conforme as especificações técnicas e condições descritas no termo de referência, e demais anexos que integram este instrumento contratual.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL GERAL					

1.2. Quadro Demonstrativo dos Itens, Especificações e Quantitativos:

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA (II, ART. 92)**

2.1. O presente contrato vincula-se ao **Edital do Pregão Eletrônico nº [XXX/ANO] e seus anexos, à proposta apresentada pelo licitante vencedor**, os quais integram este instrumento como anexos, para todos os fins de direito.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (III, ART. 92)**

- 3.1. O presente contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de março de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis a contratos administrativos.
- 3.2. As partes concordam que, na hipótese de omissões ou lacunas neste contrato, ou em situações não previstas expressamente nas disposições aqui contidas, será aplicada a legislação vigente no Brasil, incluindo as normas específicas do Estado do Acre, de forma a suprir as omissões e garantir a plena execução e cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.
- 3.3. As partes comprometem-se a ajustar suas ações, sempre que necessário, para garantir que todas as disposições contratuais estejam em conformidade com eventuais alterações legislativas ou regulamentares que venham a

ser estabelecidas durante o período de vigência deste contrato.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (IV, ART. 92)**

4.1. A execução do objeto ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento (OF) ou Ordem de Serviço (OS) pela Administração, conforme a necessidade do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE.

4.2. Os quantitativos registrados constituem estimativa para fins de planejamento e formação de preços, não havendo obrigação de contratação integral por parte da Administração.

4.3. A contratada deverá executar o fornecimento e, quando aplicável, a instalação dos materiais de comunicação visual, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como os padrões de qualidade e identidade institucional definidos pelo DERACRE.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (V, ART. 92)**

5.1. O valor global estimado para o fornecimento de materiais gráficos e serviços de comunicação visual é de R\$ [valor por extenso], com base nos quantitativos e preços unitários definidos na proposta vencedora que integra este contrato.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO (VI, ART. 92)**

6.1. **Da Liquidação:**

6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.4.2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.3. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I - verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II - identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.4.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.4.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.4.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

6.4.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela

rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**6.5. Do Pagamento:**

6.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.5.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos a contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a título de correção monetária.

6.5.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

6.5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5.7. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

6.5.8. Contudo, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.5.9. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base no índice **IPCA**, calculado pro rata tempore, desde a data de vencimento da obrigação até o efetivo pagamento.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS (VI, ART. 92)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS E DA PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO (VI, ART. 92)**

8.1. Serão objeto de medição exclusivamente os materiais efetivamente entregues pela contratada e, quando aplicável, os serviços de instalação realizados, observadas as respectivas unidades de medida estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora. A medição será realizada periodicamente, conforme a entrega do objeto, permitindo avaliação contínua e regular da execução contratual.

8.2. A medição será formalizada por meio do Boletim de Medição, que utilizará como referência os quantitativos e os preços unitários constantes da proposta apresentada pela contratada e registrados no contrato ou documento equivalente.

8.3. As medições somente serão realizadas após a entrega dos produtos e decorrido o prazo previsto para o recebimento provisório, respeitando os prazos legais e regulamentares.

8.4. Para validação da medição, será necessária a apresentação e conferência dos seguintes documentos pela equipe de fiscalização:

I - notas fiscais ou documento equivalente;

II - relatório fotográfico, preferencialmente georreferenciado, contendo registro dos materiais entregues ou das instalações realizadas;

III - termo de recebimento provisório emitido pela fiscalização;

IV - outros documentos, quando solicitados pelo fiscal do contrato.

8.5. Todos os documentos apresentados deverão ser conferidos pela equipe de fiscalização, assegurando a veracidade e a conformidade das informações reportadas.

8.6. A fiscalização validará a execução dos serviços e materiais listados no Boletim de Medição, garantindo que estejam em conformidade com os critérios estabelecidos e com os padrões de qualidade definidos no Termo de Referência.

## **9. CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS DE INÍCIO, CONCLUSÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO (VII, ART. 92)**

### **9.1. Prazo para Início da Execução ou Fornecimento**

9.1.1. A contratada deverá iniciar a execução do objeto no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitida pela Administração.

9.1.2. Esse prazo refere-se ao início do processo de produção, preparação logística ou planejamento da instalação, conforme o caso.

### **9.2. Cronograma da Execução ou Fornecimento**

9.2.1. O prazo máximo para conclusão do fornecimento ou execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias, contado a partir da emissão da Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, salvo quando a complexidade do item demandar prazo diverso previamente acordado com a fiscalização do contrato.

9.2.2. A execução compreenderá, quando aplicável:

I - elaboração ou adequação de arte gráfica, quando solicitado pela Administração;

II - validação prévia da arte final pelo DERACRE antes da produção;

III - produção dos materiais conforme especificações técnicas;

IV - transporte adequado dos materiais;

V - instalação completa, quando aplicável, incluindo fixação, adequação do local e eventual remoção de estruturas anteriores.

### **9.3. Horários de Funcionamento do Contratante**

9.3.1. As entregas, instalações e demais atividades relacionadas à execução contratual deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário comercial das 8h às 18h, respeitando o horário de funcionamento da Administração.

9.3.2. Execuções em horários diversos somente poderão ocorrer mediante autorização prévia da fiscalização do contrato.

### **9.4. Localidade da Execução ou Fornecimento**

9.4.1. O fornecimento dos materiais deverá ocorrer na sede do DERACRE, situada na Via Chico Mendes, nº 805, Bairro Triângulo Velho, CEP 69.906-210, Município de Rio Branco – AC

9.4.2. Quando o item contratado envolver instalação, esta deverá ocorrer no local indicado pela Administração, podendo compreender dependências da sede ou outros espaços institucionais vinculados ao DERACRE.

### **9.5. Do Recebimento**

9.6. O recebimento provisório dos serviços será realizado pela fiscalização do contrato no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da comunicação formal de conclusão da respectiva etapa ou Ordem de Serviço, mediante termo circunstanciado, para fins de verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas e contratuais.

9.7. Recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento provisório, após a verificação do saneamento de eventuais pendências apontadas e mediante a emissão de termo definitivo pela Administração, atestando a adequada execução do objeto.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO CRÉDITO, CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E CATEGORIA ECONÔMICA (VIII, ART. 92)**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do DERACRE, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/unidade: [...];

II - Fonte de recursos: [...];

- III - Programa de trabalho: [...];
- IV - Elemento de despesa: [...]; e
- V - Categoria Econômica: [...];

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (XI, ART. 92)**

11.1. A contratada poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento formal e devidamente fundamentado, acompanhado de documentos que comprovem a ocorrência de evento superveniente ou reconhecido pela legislação como apto a gerar desequilíbrio.

11.2. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo do pedido devidamente instruído, para analisar e responder à solicitação da contratada.

11.3. Caso a Administração identifique a necessidade de complementação da documentação ou de esclarecimentos adicionais por parte da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando-se a partir da data de recebimento da documentação complementar ou dos esclarecimentos solicitados.

11.4. A resposta ao pedido poderá resultar em:

- a) Deferimento do pedido e formalização de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;
- b) Indeferimento do pedido, com justificativa formal.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (XII, ART. 92)**

12.1. Considerando a natureza do objeto, o risco envolvido na execução contratual e as características do fornecimento, não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A Administração poderá, contudo, exigir da contratada o cumprimento integral das obrigações assumidas, aplicando as sanções previstas na legislação vigente em caso de inadimplemento contratual.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO (XIII, ART. 92)**

##### **13.1. Da Garantia**

13.1.1. A contratada deverá garantir a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos, responsabilizando-se por eventuais vícios, defeitos ou inadequações técnicas identificadas após a entrega ou instalação.

13.1.2. Constatada qualquer irregularidade ou desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, a contratada deverá promover, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, as reparações, correções, reconstruções ou substituições necessárias, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei e no contrato.

##### **13.2. Da Manutenção**

13.2.1. Quando aplicável aos itens de comunicação visual instalados, a contratada deverá assegurar condições adequadas de fixação, estabilidade estrutural e durabilidade dos materiais, garantindo sua adequada utilização durante o período de uso institucional.

13.2.2. Caso sejam identificados problemas decorrentes de falhas de produção ou instalação, a contratada deverá realizar os ajustes necessários para restabelecer as condições adequadas de utilização.

##### **13.3. Da Assistência Técnica**

13.3.1. Sempre que verificada a necessidade de ajustes, correções ou substituições decorrentes de defeitos de fabricação ou falhas de instalação, a contratada deverá prestar assistência técnica para solução das inconformidades identificadas pela Administração.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE (XIV, ART. 92)**

14.1. Compete à CONTRATANTE exercer as seguintes atribuições e prerrogativas, sem prejuízo de outras previstas em lei, no edital ou neste instrumento:

14.2. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do contrato, conforme os termos pactuados, incluindo prazos, quantidades, especificações técnicas, qualidade dos materiais gráficos fornecidos e adequação dos serviços de comunicação visual executados;

14.3. Fiscalizar e monitorar a execução contratual, por meio de servidor designado como gestor e fiscal do contrato, podendo solicitar relatórios, documentos, provas de produção e demais informações necessárias à verificação da conformidade do fornecimento e dos serviços;

- 14.4. Recusar materiais gráficos e serviços de comunicação visual que não atendam às especificações técnicas, padrões de qualidade ou quantitativos estabelecidos, determinando sua substituição, correção ou refazimento imediato, sem ônus para a Administração;
- 14.5. Aplicar sanções administrativas à CONTRATADA quando constatado o descumprimento contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, no edital e neste contrato;
- 14.6. Suspender ou interromper total ou parcialmente o fornecimento ou a execução dos serviços, por razões técnicas, administrativas, financeiras ou de interesse público, mediante comunicação formal à CONTRATADA;
- 14.7. Rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses previstas em lei, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e da obrigação de reparação de prejuízos eventualmente causados;
- 14.8. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à correta execução do contrato, incluindo layouts, artes, especificações técnicas, locais de entrega e/ou instalação, prazos e demais instruções pertinentes;
- 14.9. Receber, conferir e atestar os materiais fornecidos e serviços executados, verificando sua conformidade com o Termo de Referência, a proposta vencedora e este contrato;
- 14.10. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, observados os prazos, condições, documentos comprobatórios e procedimentos previstos neste contrato e na legislação aplicável;
- 14.11. Garantir transparência, isonomia e lisura na fiscalização e no processamento das medições, quando aplicável, assegurando à CONTRATADA o direito de ciência e manifestação acerca de glosas, apontamentos e ocorrências registradas;
- 14.12. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades, falhas ou inconformidades identificadas na execução contratual, concedendo prazo razoável para correção, quando cabível;
- 14.13. Disponibilizar equipe de fiscalização capacitada, devidamente designada por ato administrativo, responsável pelo acompanhamento, avaliação e validação do fornecimento e dos serviços;
- 14.14. Manter registros detalhados das entregas, execuções, medições, ocorrências e atos relacionados à execução contratual, garantindo rastreabilidade, transparência e segurança jurídica do processo.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (XIV, XVI, XVII ART. 92)**

- 15.1. Compete à CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas neste instrumento e na legislação vigente, observar os seguintes direitos e responsabilidades:
- 15.2. Receber os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos prazos e condições estabelecidos, conforme os materiais fornecidos e serviços executados, devidamente atestados pela fiscalização;
- 15.3. Pleitear a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação aplicável, sempre que ocorrerem fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que alterem as condições originais da proposta;
- 15.4. Exercer o direito ao reajuste de preços, conforme previsto neste contrato e na legislação vigente, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de variações inflacionárias;
- 15.5. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 15.6. Executar o objeto contratual em estrita conformidade com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e demais documentos contratuais, observando padrões de qualidade, impressão e acabamento compatíveis com o uso institucional;
- 15.7. Atender integralmente às normas de segurança, ambientais e trabalhistas aplicáveis, observando as exigências legais relativas à inclusão social e reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes;
- 15.8. Apresentar toda a documentação necessária para fins de pagamento, incluindo notas fiscais, relatórios e demais comprovantes exigidos pela fiscalização;
- 15.9. Prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela CONTRATANTE, informando sobre o andamento da execução contratual, produção dos materiais, prazos de entrega e demais aspectos relacionados ao fornecimento;
- 15.10. Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, isentando a Administração de qualquer responsabilidade pelo inadimplemento dessas obrigações;
- 15.11. Indicar preposto responsável pela interlocução com a CONTRATANTE, devendo substituí-lo, às suas expensas, quando solicitado pela fiscalização;
- 15.12. Substituir, refazer ou corrigir, no todo ou em parte e às suas expensas, os materiais gráficos e serviços de

comunicação visual que apresentarem vícios, defeitos, falhas de impressão, inadequação técnica ou qualquer inconformidade com as especificações contratuais, no prazo fixado pela fiscalização;

15.13. Responder por todos os vícios, defeitos, danos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato, inclusive aqueles causados à Administração ou a terceiros, sem prejuízo das sanções legais e contratuais cabíveis;

15.14. Arcar com eventuais ônus decorrentes de erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive custos variáveis futuros, devendo complementá-los, se necessário, ao atendimento integral do objeto, exceto nas hipóteses do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021;

15.15. Colaborar com a fiscalização, manter comunicação constante com a CONTRATANTE e permitir o acompanhamento da execução contratual, em conformidade com os arts. 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021;

15.16. Responsabilizar-se pela fiel reprodução dos layouts, artes e especificações fornecidas pela CONTRATANTE, vedada qualquer alteração sem prévia autorização;

15.17. Submeter previamente à CONTRATANTE, quando exigido, provas, amostras ou modelos dos materiais a serem produzidos, para validação técnica antes da execução definitiva;

15.18. Executar, quando aplicável, os serviços de instalação de comunicação visual com observância das normas técnicas e de segurança pertinentes.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (XIV, ART. 92)**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

16.2.4. **Multa:**

16.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.

16.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

16.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

16.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

16.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

16.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

16.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.14. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (XVIII, ART. 92)**

### **17.1. Do Preposto**

17.1.1. A contratada deverá indicar formalmente preposto responsável pela interlocução com a Administração, antes do início da execução contratual.

17.1.2. O preposto atuará como representante da empresa perante o DERACRE, sendo responsável por receber



comunicações oficiais, prestar esclarecimentos técnicos e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

17.1.3. Todas as comunicações relevantes entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por meio formal, assegurando a rastreabilidade das informações e o adequado registro nos autos do processo administrativo correspondente.

## 17.2. **Da Gestão**

17.2.1. A gestão do contrato será efetuada pela Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, unidade responsável pelo acompanhamento e controle das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços. Compete ao gestor do contrato:

- I - supervisionar a execução contratual de forma global, assegurando o cumprimento das disposições previstas no edital, no contrato e neste Termo de Referência;
- II - coordenar as atividades de fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- III - acompanhar a execução financeira da contratação e os quantitativos utilizados da Ata de Registro de Preços;
- IV - monitorar os saldos contratuais, prevenindo extrapolações ou inconsistências no consumo dos itens registrados;
- V - instruir os processos administrativos relacionados à execução contratual, inclusive aqueles referentes a eventuais alterações contratuais, reajustes, reequilíbrios econômicos, aplicação de sanções ou extinção contratual;
- VI - encaminhar a documentação necessária ao setor competente para fins de pagamento, após verificação do cumprimento das condições contratuais.

17.2.2. O gestor do contrato deverá assegurar que todas as informações relevantes sobre a execução contratual sejam devidamente registradas no processo administrativo eletrônico, garantindo transparência, controle e rastreabilidade das decisões administrativas.

## 17.3. **Da Fiscalização**

17.3.1. A fiscalização do contrato será realizada por servidores formalmente designados pela Administração, responsáveis pelo acompanhamento direto da execução do objeto e pela verificação da conformidade dos materiais fornecidos e serviços executados. A fiscalização abrangerá aspectos técnicos e administrativos da execução contratual, competindo aos fiscais:

- I - verificar o cumprimento dos prazos estabelecidos nas Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço;
- II - conferir quantitativa e qualitativamente os materiais entregues;
- III - avaliar a conformidade das especificações técnicas, incluindo formato, gramatura, cores, acabamento e demais características dos materiais gráficos;
- IV - verificar a qualidade visual e estrutural dos elementos de comunicação visual produzidos;
- V - fiscalizar a correta instalação de placas, fachadas, adesivação e demais estruturas previstas no objeto contratual;
- VI - registrar formalmente ocorrências, atrasos, falhas ou inconformidades identificadas durante a execução;
- VII - comunicar formalmente a contratada para adoção de medidas corretivas, quando necessário;
- VIII - verificar a regularidade da documentação exigida para fins de pagamento;
- IX - atestar a execução do objeto somente após a confirmação da conformidade com as exigências contratuais.

17.3.2. Toda a interação entre a Administração e a contratada deverá ser devidamente documentada no processo administrativo correspondente, de modo a assegurar rastreabilidade das informações e subsidiar eventuais providências administrativas, inclusive aplicação de sanções, quando cabível. A Administração deverá manter controle sistemático da execução contratual, incluindo:

- I - registro das Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço emitidas;
- II - controle dos quantitativos solicitados e dos saldos disponíveis na Ata de Registro de Preços;
- III - registro das comunicações formais realizadas com a contratada;
- IV - arquivamento de relatórios de fiscalização, termos de recebimento e documentos de ateste.

17.3.3. Esses registros deverão ser mantidos no processo administrativo eletrônico correspondente, assegurando transparência, rastreabilidade e conformidade com as normas de controle interno e externo.

17.3.4. A adoção dessas práticas contribui para o fortalecimento da governança das contratações públicas, para a mitigação de riscos operacionais e para o alcance dos resultados pretendidos pela contratação.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OS CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO (XIX, ART. 92)**

18.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

18.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

18.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

18.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

18.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

18.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.8.3. Das indenizações e multas.

18.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

18.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

18.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

18.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

18.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS (ART. 124 AO 136)**

19.1. O presente contrato poderá ser alterado, mediante justificativa formal, nos seguintes casos, nos termos dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021:

### **I - Unilateralmente pela Administração:**

a) Para modificação do projeto ou das especificações, visando à melhor adequação técnica aos objetivos do contrato;

b) Para alteração do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto, respeitados os limites legais.

### **II - Por acordo entre as partes:**

a) Para substituição da garantia de execução, se conveniente;

b) Para modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, diante de verificação técnica de sua necessidade;

c) Para alteração da forma de pagamento por circunstâncias supervenientes, vedada a antecipação sem a

correspondente execução do objeto;

d) Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, ou fatos imprevisíveis de consequências incalculáveis, desde que respeitada a matriz de riscos contratual.

19.2. As alterações de acréscimos ou supressões de obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, serão obrigatoriamente aceitas pela contratada nas mesmas condições contratuais. No caso de reforma de edifícios ou equipamentos, o limite para os acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. A contratada será ressarcido pelos custos comprovados e monetariamente ajustados de materiais adquiridos e utilizados na execução contratual que sejam impactados por alterações contratuais.

19.4. As alterações unilaterais não poderão modificar o objeto contratado nem transfigurar as obrigações originalmente pactuadas.

19.5. Nos casos de contratações integradas ou semi-integradas, as alterações contratuais obedecerão aos limites e condições específicas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

19.6. A Administração poderá realizar alterações nos preços contratuais em decorrência de criação, alteração ou extinção de tributos, encargos legais, ou em virtude de disposições legais supervenientes que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19.7. A formalização das alterações ocorrerá por meio de termo aditivo, salvo nas situações em que for admitida a simples apostila, como reajustes previstos no contrato, compensações financeiras, ou alterações na razão social da contratada.

19.8. Qualquer alteração que implique aumento ou diminuição de encargos a contratada será acompanhada do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no mesmo termo aditivo.

19.9. A execução de prestações determinadas pela Administração, decorrentes de alterações contratuais, somente ocorrerá após a formalização do respectivo termo aditivo, exceto em casos de justificada necessidade de antecipação, com formalização posterior no prazo de até 30 (trinta) dias.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação.

20.2. Excepcionalmente, poderão ser admitidas subcontratações de atividades acessórias ou complementares, desde que previamente autorizadas pela Administração e que não comprometam a qualidade, a segurança ou a responsabilidade técnica da execução do objeto.

20.3. Em qualquer hipótese, a contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato perante a Administração.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO LIVRE ACESSO(I, ART. 92)**

21.1. A Administração, por intermédio de seus servidores ou prepostos devidamente designados, terá livre acesso, a qualquer tempo, aos locais, documentos, informações e materiais relacionados à execução do objeto deste contrato, para fins de fiscalização, monitoramento e controle.

21.2. A contratada deverá disponibilizar toda a documentação, dados, registros e informações necessários à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

21.3. A contratada deverá franquear o acesso às instalações, equipamentos e locais de execução dos serviços, fornecendo as condições adequadas para que a Administração possa realizar vistorias, inspeções ou auditorias.

21.4. A contratada deverá garantir plena transparência em relação à execução do objeto, facilitando o trabalho de fiscalização e monitoramento por parte da Administração.

21.5. O sigilo sobre informações confidenciais será respeitado, desde que não impeça ou dificulte a fiscalização pela Administração.

21.6. A negativa injustificada de acesso às informações, locais ou materiais necessários à fiscalização será considerada descumprimento contratual, podendo ensejar a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO(I, ART. 92)**

22.1. O presente contrato terá vigência de **01 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação aplicável.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– DA EFICÁCIA DO CONTRATO (I, ART. 92)**

23.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, a eficácia do presente contrato está condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial do Estado (DOE), o que deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

## 24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO

24.1. A Contratada declara expressamente seu compromisso com a integridade, obrigando-se a não oferecer, dar, prometer, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros, em razão deste contrato ou de suas atividades correlatas.

24.2. A Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre), bem como demais normas federais e estaduais aplicáveis à prevenção e ao combate à fraude e à corrupção.

24.3. A Contratada deverá divulgar internamente o canal de denúncias do DERACRE, assegurando que todos os seus colaboradores possam relatar, de forma segura e sigilosa, quaisquer indícios ou ocorrências de irregularidades relacionadas à execução deste contrato, utilizando os seguintes meios oficiais:

a) E-mail: deracregabinete@gmail.com

b) Telefone: (68) 3221-2435

c) Endereço: Via Chico Mendes, nº 805, Bairro Triângulo Velho, CEP 69906-210, Rio Branco/AC

24.4. A violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula constituirá falta grave e poderá ensejar a rescisão contratual unilateral pela Administração, a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e a comunicação aos órgãos de controle e responsabilização civil e criminal, conforme o caso.

## 25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO(I, ART. 92)

25.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

_____ Representante legal do CONTRATANTE
_____ Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **GESSE ABREU MOURA**, em 15/05/2026, às 12:41, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador CP30CD68 02AAAF22 AED9F7C1 7BB4B87E e código CRC 85F4D5

